



Kelma Socorro Alves Lopes de Matos
Raimundo Nonato Junior
ORGANIZADORES

Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade



EDIÇÕES
UFC



Coleção
Diálogos
Intempestivos

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação
Fernando Haddad

Universidade Federal do Ceará
REITOR

Prof. Jesualdo Pereira Farias

VICE-REITOR

Prof. Henry Campos

Conselho Editorial

PRESIDENTE

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

CONSELHEIROS

Prof^a Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof^a Ângela Maria Mota Rossas de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Diretor da Faculdade de Educação

Luís Távora Furtado Ribeiro

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira

Enéas Arrais Neto

Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação

Nicolino Trompieri Filho

DIÁLOGOS INTEMPESTIVOS

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Gerardo Vasconcelos (EDITOR-CHEFE)

Kelma Socorro Alves Lopes de Matos

Wagner Bandeira Andriola

CONSELHO EDITORIAL

Dr ^a Ana Maria Iório Dias (UFC)	Dr. Júlio Cesar R. de Araújo (UFC)
Dr ^a Ângela Arruda (UFRJ)	Dr. Justino de Sousa Júnior (UFMG)
Dr ^a Ângela T. Sousa (UFC)	Dr ^a Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (UFC)
Dr. Antonio Germano M. Junior (UECE)	Dr ^a Luciana Lobo (UFC)
Dr ^a Antônia Dilamar Araújo (UECE)	Dr ^a Maria de Fátima V. da Costa (UFC)
Dr. Antonio Paulino de Sousa (UFMA)	Dr ^a Maria Izabel Pedrosa (UFPE)
Dr ^a Carla Viana Coscarelli (UFMG)	Dr ^a Maria Juraci Maia Cavalcante (UFC)
Dr ^a Cellina Rodrigues Muniz (UFRN)	Dr ^a Maria Nobre Damasceno (UFC)
Dr ^a Dora Leal Rosa (UFBA)	Dr ^a Marly Amarilha (UFRN)
Dr ^a Eliane dos S. Cavalleiro (UNB)	Dr ^a Marta Araújo (UFRN)
Dr. Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Dr. Messias Holanda Dieb (UERN)
Dr. Emanuel Luís Roque Soares (UFRB)	Dr. Nelson Barros da Costa (UFC)
Dr. Enéas Arrais Neto (UFC)	Dr. Ozir Tesser (UFC)
Dr ^a Francimar Duarte Arruda (UFF)	Dr. Paulo Sérgio Tumolo (UFSC)
Dr. Herminio Borges Neto (UFC)	Dr ^a Raquel S. Gonçalves (UFMT)
Dr ^a Ilma Vieira do Nascimento (UFMA)	Dr. Raimundo Elmo de Paula V. Júnior (UECE)
Dr ^a Jaileila Menezes (UFPE)	Dr ^a Sandra H. Petit (UFC)
Dr. Jorge Carvalho (UFS)	Dr ^a Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
Dr. José Aires de Castro Filho (UFC)	Dr ^a Sílvia Roberta da M. Rocha (UFCG)
Dr. José Gerardo Vasconcelos (UFC)	Dr ^a Valeska Fortes de Oliveira (UFSM)
Dr. José Levi Furtado Sampaio (UFC)	Dr ^a Veriana de Fátima R. Colaço (UFC)
Dr. Juarez Dayrell (UFMG)	Dr. Wagner Bandeira Andriola (UFC)

Kelma Socorro Alves Lopes de Matos
Raimundo Nonato Junior

ORGANIZADORES

Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade

ANA CLÁUDIA FREITAS	MANOEL SAMPAIO DA SILVA
ÂNGELA MARIA BESSA LINHARES	MARIA AURINIVEA SOUSA DE ASSIS
ANTONIA ARISDÉLIA FONSECA M. A. FEITOSA	MARIA JOYCE MAIA COSTA CARNEIRO
CLAUDIA M. M. PIERRE	MARISTELA LAGE ALENCAR
CLÉA MARIA BALLÃO LOPES	MICHAEL BECKER
DANIELA DIAS FURLANI SAMPAIO	NEI ALBERTO SALLES FILHO
DANIELE ALVES SARAIVA	PAULO SÉRGIO BARROS
DORGIVAL GONÇALVES FERNANDES	PEDRO HENRIQUE ALVES CAMELO
EGON SPIEGEL	RAIMUNDO NONATO JÚNIOR
ELAINE FREITAS DE SOUSA	RÉGIA COSTA FARIAS
ELIZANGELA LIMA DO NASCIMENTO	ROSA MARIA DE ALMEIDA MACÊDO
IVANILDO FERREIRA ALVES	SAHMARONI RODRIGUES DE OLINDA
KELMA SOCORRO ALVES LOPES DE MATOS	SANDRA MARIA ZANELLO DE AGUIAR
LÍVIA MARIA DUARTE CASTRO	SINARA MOTA NEVES DE ALMEIDA
LÚCIA VANDA RODRIGUES	VIVIANE ACHE CANCIAN



EDIÇÕES
UFC

Fortaleza
2010

Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade

© 2010 Kelma Socorro Alves Lopes de Matos e Raimundo Nonato Junior
(Organizadores)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora Universidade Federal do Ceará - UFC

Av. da Universidade, 2932, Benfica, Fortaleza-Ceará

CEP 60020-181 - Tel/Fax: (085) 3366.7439. Diretoria: 3366.7766.

Administração 3366.7499

Site: www.editora.ufc.br – e-mail: editora@ufc.br

Faculdade de Educação

Rua Waldery Uchoa, nº 1, Benfica - CEP 60020-110

Telefones: (85) 3366-7663/3366-7665/3366-7667 – Fax: (85) 3366-7666

Distribuição: Fone: (85) 3214-5129 – e-mail: aurelio-fernandes@ig.com.br

Normalização Bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 – 801

Projeto Gráfico e Capa

carlosalberto.adantas@gmail.com

Detalhe da Capa

A Pomba da Paz, de Picasso.

Revisão

Leonora Albuquerque

Editora filiada à



Catálogo na Fonte

Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade. / Kelma Socorro Alves Lopes de Matos. Raimundo Nonato Junior [organizadores]. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

337p.

Isbn: 978-85-7282-403-3

(Coleção Diálogos Intempestivos, n. 91)

1. Educação – Ética 2. Educação cidadã I. Matos, Kelma Socorro Alves Lopes de II. Nonato Junior, Raimundo III. Título

CDD: 370

SUMÁRIO

APRENDER E ENSINAR A PAZ <i>Mauricio Holanda Maia</i>	15
A PAZ PROTEGE: CULTURA DE PAZ, JUVENTUDES E DOCENTES <i>Kelma Socorro Alves Lopes de Matos</i>	19
EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE: FORMAÇÃO DO EDUCANDO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS SATHYA SAI BABA <i>Elizângela Lima do Nascimento</i> <i>Kelma Socorro Alves Lopes de Matos</i>	31
VALORES HUMANOS NA ESCOLA EM CINCO MINUTOS <i>Elizângela Lima do Nascimento</i> <i>Kelma Socorro Lopes de Matos</i> <i>Livia Maria Duarte Castro</i>	42
ESPIRITUALIDADE E EDUCAÇÃO: A MEDITAÇÃO PELA PAZ COM JOVENS EM FORTALEZA <i>Daniela Dias Furlani Sampaio</i> <i>Kelma Socorro Alves Lopes de Matos</i>	50
EDUCAÇÃO PARA A PAZ: REFLEXÕES À LUZ DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE <i>Rosa Maria de Almeida Macedo</i> <i>Kelma Socorro Alves Lopes de Matos</i>	61
A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA CENA DO TEATRO DE IMPROVISO <i>Elizangela Lima do Nascimento</i> <i>Ivanildo Alves Ferreira</i> <i>Kelma Socorro Alves Lopes de Matos</i>	72

**A EXPERIÊNCIA DO CENTRO EDUCACIONAL VITAL
DIDONET NA BUSCA DE UMA CULTURA DE PAZ ATRAVÉS DA
FORMAÇÃO EM VALORES HUMANOS**

Daniele Alves Saraiva

Régia Costa Farias 81

**CULTURE OF PEACE – POTENCIAL E ESPIRITUALIDADE.
ORIENTAÇÃO SOCIOTEOLÓGICA**

Egon Spiegel 92

**A APRENDIZAGEM INTERCULTURAL E INTER-RELIGIOSA
COMO AMBIENTES PARA A CULTURA DE PAZ
NA ALEMANHA**

Michael Becker 113

**A EDUCAÇÃO PARA PAZ NAS ENTRELINHAS DO
PENSAMENTO EDUCACIONAL DE PAULO FREIRE**

Nei Alberto Salles Filho 127

**A MEDIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A FORMAÇÃO DE
SUJEITOS PARTICIPATIVOS E SOLIDÁRIOS NA ESCOLA**

Sinara Mota Neves de Almeida

Maristela Lage Alencar 141

**TRAÇOS PARA UMA AQUARELA: VIVER A DIMENSÃO
AFETIVO-MORAL**

Ângela Maria Bessa Linhares 150

**O DIÁLOGO COMO DISPOSITIVO¹ PARA A CONSTRUÇÃO
COLETIVA DA CULTURA DE PAZ: UMA REFLEXÃO INICIAL**

Manoel Sampaio da Silva 165

**AMOR, SENTIMENTOS E VALORES: CATEGORIAS
SILENCIADAS EM EDUCAÇÃO?**

Ana Cláudia Freitas

Ângela Maria Bessa Linhares 177

CULTURA JUVENIL: O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO JOVEM NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ <i>Maria Joyce Maia Costa Carneiro</i>	189
CIDADANIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PAZ: TRANSVERSALIDADES NO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ <i>Pedro Henrique Alves Camelo</i>	200
A ATMOSFERA DE VALORES: O PRINCÍPIO DO PROGRAMA VIVENDO VALORES NA EDUCAÇÃO <i>Paulo Sérgio Barros</i>	209
EMOÇÃO, PERCEPÇÃO E CONDUTA ÉTICA <i>Claudia M. M. Pierre</i>	222
ÉTICA E CONHECIMENTO EM PSICANÁLISE: POR UMA ÉTICA DO SUJEITO <i>Cléa Maria Ballão Lopes</i> <i>Raimundo Nonato Junior</i>	235
EDUCAÇÃO, FELICIDADE E A ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i> <i>Antonia Arisdélia Fonseca M. A. Feitosa</i>	250
ÉTICA E EDUCAÇÃO: DESAFIOS À ESCOLA E AOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO <i>Viviane Ache Cancian</i>	265
EDUCAÇÃO COM(O) ADORNO: PARA QUE A FEBEM NÃO SE REPITA <i>Sahmaroni Rodrigues de Olinda</i>	277
CAMINHOS DA PAZ NO CENTRO ESPÍRITA LAR DE FRANCISCO <i>Lúcia Vanda Rodrigues</i>	292

FORMAÇÃO ÉTICA E ESPIRITUAL NO ENSINO RELIGIOSO

Elaine Freltas de Sousa 304

**LITERATURA, ÉTICA E VALORES: APRENDIZAGEM
EM JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Maria Aurinívea Sousa de Assis 314

**A PRESENÇA DA ÉTICA COMO VALOR HUMANO NAS
RELAÇÕES DE VIDA E SOCIEDADE**

Sandra Maria Zanella de Aguiar 325

CULTURE OF PEACE – POTENCIAL E ESPIRITUALIDADE. ORIENTAÇÃO SOCIOTEOLÓGICA¹

Egon Spiegel

Recentemente, numa estadia em Seul (Coreia do Sul), sobreveio-me uma sensação bastante comovente quando olhei do 25º andar de um hotel no centro da cidade para um entroncamento de trânsito embaixo, como o trânsito foi fluindo em perfeita ordem. Quinze dias depois em Varsóvia (Polónia) pude fazer a mesma experiência. De novo, meu olhar dirigiu-se de um andar de altura semelhante para o trânsito no centro da cidade e, novamente, fui tomado por aquela sensação comovente.

Tal como Jesus, olhando para Jerusalém, pode-se preferir chorar (Cf. *dominus flevit*) das condições e pulsações de uma cidade, especialmente do desastre ecológico vinculado a nossa conduta no trânsito, e condená-la; mas também se pode, primeiramente, apenas reparar e tomar conhecimento de tudo isso, observando-o tal como é e interpretá-lo de forma positiva, sem preconceitos. O fato de nós conseguirmos, geralmente de uma maneira bem ordenada, organizar e estruturar o nosso convívio complexo – aqui o olhar dirige-se ao campo conflituoso do trânsito relacionado ao impulso nosso por mobilidade – remete-se a um potencial que dificilmente se impõe à reflexão por causa de sua facticidade trivial; muito menos é considerado de forma propriamente teológica, tampouco é atribuído importância ética a ele e nem é discutido com relação a suas consequências sócio-práticas. Em contrapartida, na presente contribuição – seguindo o exemplo (trânsito) acima referido – pretende-se chamar atenção para ao potencial, acima expresso de forma exemplar e ilustrativa, de o ser humano organizar a vida e o mundo nãoviolento. Em vista da década da ONU “*Culture of Peace and Non-violence for Children of the World*”² (2001-

¹ Tradução de Michael Kosubek.

2010), tal potencial deve ser explicitamente destacado e, particularmente, sua dimensão de profundidade deve ser explorada socioteologicamente.

Esse empreendimento seria apenas intelectualmente edificante se não tivesse como meta a elaboração de consequências sócio-éticas e se não exemplificasse, afinal de contas, a relevância sócio-prática de um poder eficiente a ser descoberto nesse potencial apontando passos pacífico-didáticos a ele elencados. Seguindo o triplo passo clássico do ver-julgar-agir será ressaltado, no presente artigo, o potencial pacífico do ser humano e, refletido referente à sua dinâmica (potencialidade) interna, em seguida serão concluídas consequências pacífico-pedagógicas ou pacífico-didáticas.

Culture of Peace – Ética do Potencial

“*Ought implies can*”. Dever implica poder. Se nós somos, em princípio, incapazes de fazer alguma coisa, então, postular ou formular seu dever não faz sentido. Somente podemos o que devemos fazer se já o podemos em princípio. Desse modo, o dever pacífico-pedagógico baseia-se em experiências correspondentes, portanto, num agir desde já praticado. Nós exigimos paz e um agir correspondente porque, desde já, conhecemos paz, porque fizemos boas experiências quanto a um agir pacífico e temos certeza de que paz seja realizável. Paz como dever está baseada em paz como poder.

Estar ciente desse nexos é fundamental pacífico-pedagogicamente falando. Não justifica apenas a formulação de um dever de fazer paz, como também fundamenta a esperança a uma realização do dever. Isso tem como consequência para a pedagogia da paz que ela não precisa, de forma alguma, concentrar-se no dever fazer. Antes, há de empenhar-se na elaboração do poder fazer.

² Nota do tradutor: “Cultura da Paz e Não violência para as Crianças do Mundo”.

Entretanto, no passado, a pedagogia da paz restringiu-se sobretudo a postular a paz e, para além disso, fez uma acentuação por meio da qual ela mesma, equivocadamente, colocava-se como obstáculo no próprio caminho. Antes de tudo, ela dirigiu seu olhar ao fracassar do agir pacífico, ou seja, primeiro, contornou tudo aquilo que no campo do inter-humano fracassa tragicamente, portanto, todos os fenômenos de violência interacional e estrutural – a respeito desse aspecto há uma discussão adiante.

Pressupõe-se que dever implique em poder e que, ao delinear o poder, formule-se também seu dever. Assim sendo, a pedagogia da paz há de enfrentar futuramente o desafio de elaborar detalhadamente o agir pacífico inter-humano referente a suas realizações interacionais bem como estruturais. Nisso, há de consultar todas as ciências humanas e sociais de um modo pacífico-científico. Trata-se de mostrar, por exemplo, em perspectiva biológica, como o ser humano resolve conflitos sem recorrer à violência. Ao consultar as ciências da história, há de ser demonstrado como o ser humano, ao longo da história, sempre tentou de novo organizar sua convivência não violenta, em todos os níveis sociais, da relação amorosa até a política mundial. Do mesmo modo, hão de ser consultadas tanto a psicologia, a medicina, a sociologia, a filosofia, as ciências das religiões e, enfim, a teologia.

Nós já praticamos a paz desde Gandhi e também com Gandhi: pelo que levamos em consideração as ações espetaculares e não violentas; e pelo que as explicitamos de tal forma que, no contexto de processos formativos dentro e fora da escola, as pessoas não sejam apenas informadas sobre possibilidades de um agir não violento, mas que possam ser conquistadas para o modo da resolução de conflitos elaborado. Literatura, filmes e noticiários na mídia – particularmente hoje também documentações na internet – oferecem uma base ampla para uma didática da paz que põe seus acentos em ações bem-sucedidas e assim repousam sobre a força de convicção pacífico-pedagógica. Desse modo, olhamos, sempre

de novo, Gandhi, Martin Luther King, César Chaves, na América Latina as ações do “*Servicio Paz e Justitia*”, coordenadas por Adolfo Pérez Esquivel, ou lançamos nosso olhar às transformações não violentas de grandes sistemas políticos de opressão. O grande e permanente mérito de Gene Sharp (1987) foi que ele, já nos anos 1970, compilou abrangentemente a práxis e a história da não-violência em seu Instituto de Einstein em Boston/EUA. Somente esse estudo minucioso já mostrou que funciona: que somos, de fato, capazes de resolver conflitos de forma não violenta. Entrementes, estudos singulares sobre a não violência enchem bibliotecas inteiras. Comum a todas essas investigações, é sua concentração em processos espetaculares e que os apresentam e refletem com relação a seus respectivos contextos, suas constelações específicas, vias e resultados de solução. Assim, nós temos exemplos significativos para o potencial de paz em que podemos fundar nossa pedagogia da paz. A partir daí, também podemos justificar a afirmação de que o agir pacífico, de que gerenciamento não violento de conflitos é realista. No entanto, não deveríamos parar por aí, nem tampouco dar-nos por satisfeitos com referências a ações tão bem-sucedidas quanto espetaculares. Além desses esforços, devemos e precisamos, antes, concentrar nosso olhar na não violência praticada no dia a dia, a toda hora bem como em todo lugar. Nesse ponto, a pedagogia da paz pouco se engajou até agora. Referente a isso, ainda hoje ela deixa improdutivo um vasto campo de práxis e deixa de submetê-lo a observação e análise cuidadosas. Dessa maneira, a pedagogia da paz prescinde de um argumento central, até talvez mais convincente. Noutras palavras, além da descoberta revolucionária da ação não violenta por Gandhi, precisamos, por assim dizer, de uma segunda descoberta revolucionária: a descoberta da não violência no dia a dia. De olho em nosso agir cotidiano, não violento, eventualmente consigamos ainda mais evidente e eficazmente contornar a pretensão de não violência, isto é, que ela represente a realidade verdadeira da convivência e, com isso, a solução por nosso agir em

torno de conflitos. Assim, temos diante de nós uma tarefa excitante. Nós mesmos iremos nos admirar à medida que se abre a nós o potencial de paz do ser humano, em consequência de nossas observações e análises. Iremos ver e reconhecer sem podermos extraviar-nos da fascinação com que o ser humano age e reage, de forma significativa, não violento, em inúmeras situações ao longo de 24 horas a cada dia. Dessa forma há de se enxergar, em cada bate-papo, desde já, uma contribuição para um gerenciamento não violento de conflitos. Tal contribuição garante que a gente não pretenda ir ao encontro do outro de maneira agressiva. Toda forma de representação – seja mediante um penteado, seja por meio de joias, vestuário e muitas outras coisas mais – é a tentativa de comunicarmo-nos, de manifestarmo-nos diante do outro e assim é expressão da necessidade de nos entendermos com os outros. Cada evento, desde a “simples” festa de família, passando pelo baile, até os eventos maiores de esporte e cultura, é expressão dessa necessidade de organizar nossa convivência pacificamente. Não se ignora aqui que eventos não possam desandar, ou seja, que nossa necessidade de um evento de comércio, de capital ou de política não possa ser desvirtuada. Depois de a gente ter sido levado por muito tempo, através da violência, de fitá-la fascinadamente em suas inúmeras caretas, de refleti-la e de compensar-se nela, está na hora, agora, de dirigir nosso olhar ao potencial de paz vivido. Chegou a hora de trabalhá-lo em seu caráter multifacetado e de introduzi-lo como argumento convincente no debate por caminhos sustentáveis e bem-sucedidos de nossa atuação em termos de resolução de conflitos.

A pedagogia da paz dará um grande salto se não enfoca seu olhar somente no espetacular, e sim mais precisamente no cotidiano. A ciência da história haveria de aprender a soletrar a História não apenas mediante as casas de aristocracia e das guerras, mas também e justamente a partir dos movimentos culturais e sociais (história da cultura e social no lugar de história das guerras). Da mesma forma, a doutrina da ação não-violenta

precisa e pode essencialmente ampliar sua percepção, e com isso, seu campo de trabalho, para a categoria da não-violência cotidiana.

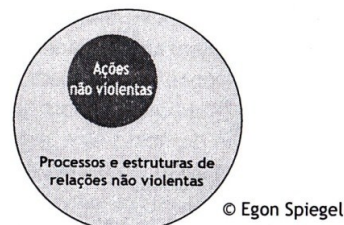


Figura 1 – Processos e Estruturas de Relações Não Violentas³

Portanto, nós precisamos é de uma ética do potencial que, em seu núcleo, vincula-se à realidade da não-violência cotidianamente praticada. Se a ética é o ethos formulado enquanto postulado consolidado, então, a ética da paz é a imagem de um ethos da paz praticado. Como tal convence porque, com a formulação do dever, ela fornece os testemunhos do poder, ou ao contrário, com a formulação do poder, ela meramente deduz ou precisa deduzir o dever pacífico-pedagógico. É isso que convence, é isso que dá esperança, isso convida a mobilizar, a ativar, a liberar e a descobrir, para si e para outros, o potencial da paz sempre presente e a ser percebido enquanto tal, sempre de novo.

Culture of Peace – Espiritualidade da Não Violência

Além da ação não-violenta (espetacular), a pedagogia da paz não há de descobrir apenas a não-violência

³ Nota do tradutor: no texto original enviado ao tradutor, as figuras carecem de títulos e alguns da referência de fonte quando não são originais do autor do artigo. Além disso, foram adaptados aqui, isto é, seus textos inclusos foram traduzidos.

singela do dia-a-dia; ela não há de elaborar apenas sua relevância referente a um gerenciamento de conflitos orientado na paz. Mas há de identificar uma dimensão de profundidade por trás da não violência, sendo esta o resultado de uma renúncia à violência, dimensão de profundidade a qual a renúncia à violência justamente se deve. Não violência e agir não violento não formam uma técnica, mas são expressões de uma postura espiritual fundamental. Ambas, a percepção de nosso agir sendo consideravelmente determinada por não violência bem como a descoberta de uma espiritualidade ou dinâmica constitutiva da paz que precisamente a possibilita, podem ser disponibilizadas didaticamente no contexto de um modelo o qual apresento em seguida em forma de uma espiral.

No início dessa espiral está a percepção de nosso comportamento como sendo marcado fundamentalmente pela ansiedade por relação, bem como de um comportamento que se sabe comprometido com o êxito de relações. Nós devemos a nossa vida à relação, vivemos e sobrevivemos em relação. Relações e encontros, como alma da relação, são nosso elixir de vida, sem eles, a vida murcha. Em meio a um primeiro, grande processo formativo, isso há de ser percebido tendo em vista o conjunto de relações no qual estamos vivendo (e somente dentro do qual podemos viver). Onde tal relacionar-se não acontece espontaneamente, ele há de ser representado por meio da iniciação de processos correspondentes de aprendizagem, de tal forma que os envolvidos o descubram e reconheçam como fundamental para a sua vida. Onde isso acontece, o caminho da admiração do nosso comportamento de relação cotidiana, que, por isso, emerge como tão trivial, não está longe.

Se estamos nos admirando com o nosso comportamento de relação, conseqüentemente estamos a caminho, isto é, motivados a questioná-lo, a refleti-lo embasado nele mesmo. Em decorrência desse processo de reflexão, abre-se a nós uma dimensão de profundidade, sobretudo nos processos bem-sucedidos de relação que promovem

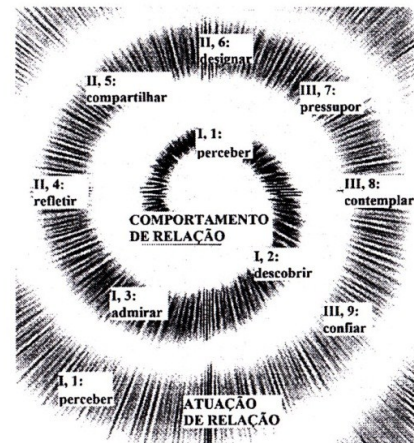


Figura 2 – Espiral de Relação

a vida. A percepção de tal dimensão de profundidade nos impele inevitavelmente a dar um nome à dinâmica da dimensão de profundidade. É nesse ponto e dessa maneira que surgem cifras da Transcendência. Uma das cifras mais marcantes e geniais parece ser a fórmula JHWH, vinculada ao êxodo de Israel. Nela se expressa, nada mais e nada menos, do que aqui existe algo. Aí está algo – para todos e para todos os tempos (JHWH: eu estarei aí quem estará aí por vocês). Mahatma Gandhi fala de “*Satyagraha*”, do poder da verdade. Carl Rogers baseia sua terapia psíquica da conversa em cima daquele Terceiro que ele denomina de “potencial construtivo”. Quer como se chamem as cifras no caso concreto – na teologia da África do Sul é MODIMO, que reúne inimigo e amigo numa cabana –, nisso sempre se expressa que o nosso comportamento de relação, aqui concretamente nosso agir pacífico, deve-se a um Poder Terceiro. Isso veio à tona na decorrência de um processo de reflexão à base de percepção, descoberta e admiração. Nessa perspectiva, paz, de fato, é um dom de Deus para expressar isso através de uma cifra cristã, em terminologia cristã-religiosa. Transcorrendo a espiral

de relação, não só chega-se a denominar individualmente aquele Poder Terceiro; chega-se também à necessidade de compartilhar as afinidades da descoberta de um Poder Terceiro e, além disso, de pontos de vista peculiares. Nessa partilha, manifesta-se que a própria cifra e as acentuações especiais nelas expressas são importantes; porém, não são tão importantes quanto à grande afinidade objetiva: de que tem algo Terceiro entre eu e tu, entre duas pessoas de dois partidos o qual reúne a nós e a eles e que nos mantém reunidos e que busca nos reunir sempre de novo: uma dinâmica de vida inextinguível, um “poder de relação” como formula Carter Heyward (1986).

Avançando na espiral de relação (esta representa, de fato, um ideal teórico-formativo), o processo de aprendizagem como processo de ganhar um perfil próprio (nele, nosso comportamento de relação assume contornos por meio de reflexão) desemboca numa postura fundamental. Esta é determinada pelo fato de que nós não apenas conhecemos um Poder Terceiro, mas que o reconhecemos como decisivo para a nossa vida, especialmente para a nossa convivência. Nossa circulação reflexiva em torno de relação e a descoberta de sua dimensão de profundidade, mais precisamente de um Poder Terceiro, leva ao fato de que somos capazes de remontar a dinâmica de nosso comportamento de relação a uma confiança correspondente, a um Poder Terceiro que justamente possibilita essa dinâmica. Nesse contexto de circulação reflexiva insere-se também a partilha não somente com contemporâneas(os), mas também com testemunhos da história, para judeus e cristãos especificamente com testemunhos bíblicos, portanto, com experiências de relação bíblicamente transmitidas. Nosso comportamento de relação é essencialmente o resultado de confiança vivida em um poder eficaz divino, em um Terceiro, qualquer que seja o nome a ser dado. Isso precisa de certificação espiritual contínua. Poder eficaz que constitui relação sempre é assimilado de novo, celebrado em ritos culturais e em encontros litúrgicos é designado como centro ou fundamento de nossa paz e de um agir pacífico corresponden-

te. Alvo verdadeiro da didática de relação, exemplificada pela espiral de aquisição de um perfil próprio, finalmente e sempre de novo, é a decisão de confiar inteiramente naquele Terceiro, em terminologia clássica: crer em Deus. A supracitada teóloga anglicana, Carter Heyward (1986), o formulou em linguagem tanto provocativa como clara: trata-se do “deusar” (do inglês “to god”). A pergunta que aqui se levanta e nos desafia fundamentalmente é essa: você crê em Deus ao confiar em seu poder eficaz de um modo tal e com uma consequência tal que qualquer recurso a violência torna-se obsoleto e se inibe? Aqui se trata do assim chamado *status confessiones*: da questão crucial se eu confio no poder eficaz divino de um jeito que renuncie ao uso de violência e, com isso, à absolutização de meu ponto de vista no conflito concreto. Renúncia à violência, nessa perspectiva, é a consequência de confiança em Deus.

A correlação de experiência atual e bíblica, isto é, a imbricação de não violência bíblica e testemunhada, bem como suas formas atuais de aparência, mostra que renúncia à violência desde já está ciente de dever-se à existência e ao agir libertador dinâmico de Deus em ambos os testamentos. Lamentavelmente, a Teologia da Libertação não tomou conhecimento disso, nem o refletiu e inseriu suficientemente em suas concepções de atuação. Por essa razão, no fundo, nem *revolutia iusta* nem *bellum iustum* contam com uma intervenção de Deus neste mundo, uma intervenção divina concreta, politicamente concreta. Tanto aqui como lá se justifica violência em e para determinadas situações. Mas isso sempre é expressão de que absolutizo minhas concepções de resolução de conflitos e de que estou disposto a impô-las a outros. Essa atitude básica nada tem a ver com “deusar”, em hebraico “aman”, que quer dizer, confiança pacifista em Deus. Quer da esquerda quer da direita, violência sempre é expressão de um ateísmo praticado. Quem usa violência, seja quem for, esse ou essa, numa constelação de dois partidos, tenta impor-se, sendo que a própria visão domina a outra. No processo da renúncia à violência,

ao contrário, o ou a atuante assume uma posição sem absolutizar a própria visão. No contexto de uma disputa cativante em comum e no final de um processo aberto há surpresas, o resultado dá-se pelo fato de que, em meio a dois partidos e posições concorrentes, age um Terceiro.

Por essa razão, o assim chamado Terceiro Caminho (e, no fundo, o mais realista: não violência como alternativa de passividade e violência) é determinado essencialmente por uma espiritualidade correspondente. Onde essa não é vivenciada (ela não precisa ser explicitamente refletida e pronunciada), renúncia à violência, ou seja, não violência é apenas estratégica. Consequentemente, “não violência” tem muito de um meio a violência e não pode ser julgada diferentemente. Nesse caso, “renúncia a violência” é escolhida e empregada somente para impor, por meio dela, a própria convicção contra outras. A pessoa verdadeiramente não violenta, em caso de violência, toma sua posição (por exemplo, do lado dos oprimidos e explorados), mas não se impõe “com toda violência”. Ela entrega a decisão última do conflito ao agir eficaz de um Poder Terceiro. Ela confia nele porque aprendeu em sua vida que tal confiança faz sentido, que a vida como um processo aberto a surpresas, sob pressuposto de tal confiança, dispõe de uma otimização que transcende em muito aquilo por ela antecipado. E porque a pessoa pôde fazer a experiência de que, para dizê-lo em minha língua-mãe religiosa, confiança em Deus é muito mais eficaz sócio-praticamente falando do que qualquer agir violento orientado a um fim, por isso, ela confia naquele Terceiro e renuncia radicalmente (*radix* = raiz) à violência. Dessa maneira, paz é em última consequência, como já foi dito, um dom de Deus e renúncia a violência e concretização de uma postura espiritual fundamental.

Na ética cristã da paz, foi o próprio papa polonês João Paulo II que, já nos anos 1980, realizou uma virada guiadora: ele substituiu a *doutrina da guerra justa* pela *doutrina da paz justa*. O sinal que ele deu assim é bem claro: agora não se trata mais de limitar guerras etica-

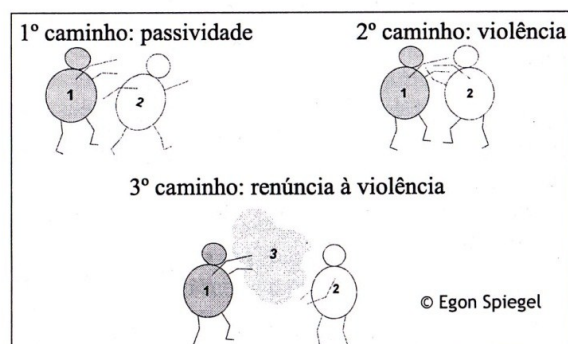


Figura 3 – Renúncia à Violência como Terceiro Caminho – no conflito confiar em *Poder Terceiro*

mente no que diz respeito a sua justificação e execução. Pelo contrário, trata-se de pensar paz e promovê-la em todos os níveis, dos acionais como dos estruturais. No fundo, guerra pertence ao passado, pois não é mais uma categoria de ocupar-se com ela. O olhar do papa dirigiu-se ao sentido oposto, noutras palavras, para frente. O papa pensava de forma alternativa.

Os nexos na tradição bíblica estão na cara. Demonstrativamente, Jesus não entra em Jerusalém a cavalo, mas em cima de um jumento (Jo 12,14s). O cavalo é guerreiro, o jumento pacífico. Sua entrada em Jerusalém há de entender-se de forma programática. Ele vincula-se a uma ampla tradição veterotestamentária segundo a qual o cavalo é um instrumento militar de violência e representa manifestamente todo o aparelho militar e, com esse, a guerra. Oposto ao cavalo encontra-se Jahwe, isto é, a confiança vivida no Deus do Êxodo, num Deus que liberta, que protege e que, no lugar de um poder central militar (1 Sm 8), mantém os seres humanos e seus clãs e federações reunidos. O Deus do Antigo Testamento, portanto, o Deus de Jesus, já é um Deus da renúncia à violência. Dele afirma-se que afundou no mar cavalo e cavaleiros (Ex. 15, 21), que mandou o profeta Isaías dizer

ao rei Acaz e perante o povo inteiro: “Se não crerdes não permaneceréis.” (Is 7,9). O Deus de Israel põe seu povo diante da alternativa de ou apostar no poder das armas ou nele, ou de confiar no rei ou nele. Esse Deus revela-se como aquele que liberta o povo do Egito e o conduz à terra santa. Com vista a esse Deus, também Oséias presume: “Nós não queremos mais cavalgar em cima de cavalos, jamais chamaremos novamente de nosso Deus a um objeto feito por nossas próprias mãos.” (Os 14,4). Até mesmo o Deus dos assim chamados escritos veterotestamentários é um Deus que quer que das espadas sejam feitas enxadas (Mq 4,1-4; Is 2,2-4). Jesus vincula-se a essa teologia, vive-a e anuncia-a.

A máxima ética, de obrigarmo-nos a um comportamento o qual supomos ser evidente dos outros terem conosco, aliás, encontra-se no foco da regra de ouro ubiqüitária. Nela, o potencial de paz de todas as religiões está focado. Aqui se encontra um vaso comunicante que liga todas as religiões. À luz de uma ética da paz todas as religiões falam univocamente. Por isso faz sentido que o papa acima referido convidou repetidamente religiões diversas para a oração da paz para Assis. Se há, em algum sentido, uma concordância das religiões, ela consiste nas concepções pacífico-éticas e na recondução de todos os postulados pacífico-éticos ao agir eficaz concreto de um tipo de Poder Terceiro.

Nesse contexto falo de *socioteologia*. Com isso quero dizer que dinâmica divina de relação emerge no social e que este não pode ser pensado sem recondução a essa dinâmica divina de relação. Na socioteologia encontram-se a horizontal sociológica e a vertical teológica, no horizontal emerge o vertical. Os testemunhos bíblicos, mas não somente esses reproduzem, sempre de novo, esse vínculo entre processos de relação, aqui e agora, e seu *centro divino* inapropriável.

Se é que processos de relação, desde seu cerne, são reconduzíveis ao agir pacífico divino, então, isso também significa *construir* convivência política sob pressu-

posto da existência de um poder eficaz instituidor de paz – e somente sob esse pressuposto. Renúncia a violência como expressão especial do *deusar*, da confiança inteiriça em Deus está na pauta junto à concretização daquilo que, em sentido originário, entendemos por fé. Visto dessa maneira, mais uma vez, *paz é um dom de Deus*, o resultado de confiança vivida em Deus.

Culture of Peace – Guerra, Zona de Tabu

Tenho certeza de que de que, com relação à guerra, chegamos a um ponto de inflexão. Independentemente dos programas de armamento das grandes potências e do perigo de ganhar perfil próprio por meio de programas ambicioso de armamento nuclear de determinados estados, isto é, de seus representantes, há de constatar-se que a guerra como possibilidade de confronto político, fática e teoricamente, desapareceu cada vez mais de muitas religiões desse mundo. Desde já, esse mundo consiste de zonas mais ou menos extensas que estão livres de guerras. Nessas ilhas de paz de extensão regional diferenciada, uma futura guerra não é mais pensável.

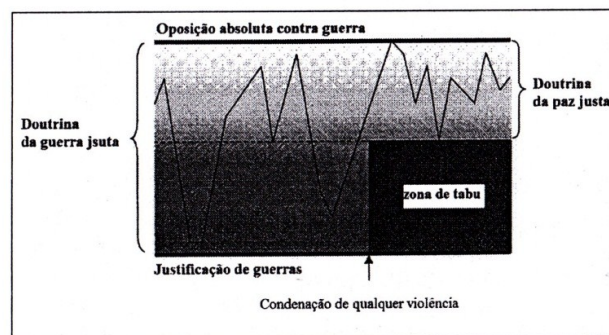


Figura 4 – Da Justificação à Rejeição de Guerras

Mais ainda: por diversas razões, a guerra, em um futuro próximo, teórica como praticamente não terá

mais lugar nesse mundo. Já nos anos 1970 Johann Galtung (1975) alertava para o fato de que, no futuro, por causa do entrelaçamento econômico, iria ser cada vez mais problemático fazer guerras. Eu admito que, na época, o argumento de entrelaçamento parecia-me pouco exigente diante de argumentos éticos. Hoje reconheço no dilema econômico, aduzida por Galtung (1975), em vínculo com atitudes éticas básicas, um nexos central que serve à paz. Aqui não se faz valer a contraposição de pragmática econômica de um lado e de idealismo ético do outro, mas somente a coeficácia, a imbricação pacífico-produtiva de ambos.

Renúncia a guerra não é apenas um preceito econômico. Parece-me que as gerações mais novas afastam-se cada vez mais de um pensar em estreiteza nacionalista. E com isso afastam-se igualmente da disponibilidade de defender ou impor interesses nacionais mediante violência bélica. Guerra não combina mais com o tempo de hoje, não se dá com os jovens que, em sua postura de consumo, em seus interesses culturais bem como em seu pensar político, experimentam-se como globalmente entrelaçados um com outro sentindo de forma cosmopolita. Futuramente, pode ter novas contraposições, pode haver conflitos devido à escassez de recursos naturais e, nesse sentido, pode permanecer o desafio se conflitos devem ser ignorados ou resolvidos mediante violência ou sem violência. Porém, se o percebe corretamente, então, assassinar e massacrar em guerra para os jovens torna-se uma experiência cada vez mais estranha, quase não imaginável concretamente. Sintomáticas são as reações por parte dos soldados norte-americanos, por exemplo. Por meio de experiências concretas de mutilação e morte, do encontro com cadáveres e sangue, eles são tão traumatizados de um jeito que dificilmente conseguem restabelecer-se na sociedade extramilitar suicidando-se em número não pequeno. Hoje, jovens orientam-se mundialmente no estilo de vida dos yuppies, gostam da aparência nobre, anseiam por um cuidado exterior. Com o seu gel de cabelo não combinam os dedos manchados

de sangue de um soldado. Guerra torna-se cada vez mais um tabu.

Minha colega chinesa escreveu-me nesses dias que, perante determinada decisão de seu governo, lembrou-se de uma observação minha: alguns meses atrás, numa palestra na universidade de Nanquim (China), fundamentei a perspectiva de que, possivelmente, despediríamos-nos da guerra globalmente, mais ráidamente do que imaginamos, por meio do fato de que em muitas áreas chegamos a progressos de conhecimento surpreendentes e que os pusemos em prática de noite para o dia. Um dos meus exemplos foi a introdução, no fundo surpreendente, da proibição de fumar em locais de gastronomia e restaurantes europeus. Com relação à China, ousei a predição de que também aí isso se poderia dar realmente dentro de um prazo de nem dez, talvez apenas cinco anos. Enquanto isso, minha colega chinesa me surpreende agora com a notícia de que o governo já emitiu a proibição nacional de fumar em espaços públicos. Aprendemos de forma tão rápida e de modo tão ligeiro pomos os nossos conhecimentos em prática.

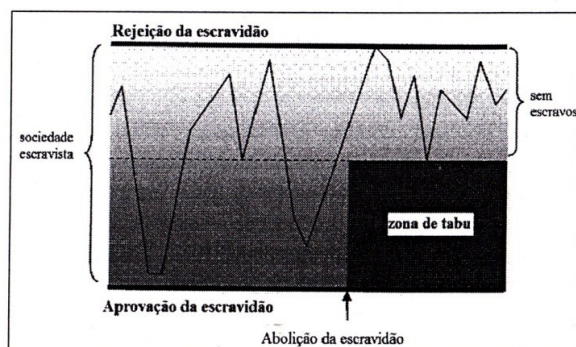


Figura V – Da Aprovação à Rejeição da Escravidão

Na véspera da abolição da escravidão nos EUA, muita gente não considerava ser possível esse passo. A escravidão está abolida (não digo que por trás desse tabu

não se escondam múltiplas tentativas de romper sutilmente esse tabu). No entanto, não há muito tempo que na Alemanha podia-se bater na esposa ou forçá-la a ter relações. Ambas as coisas não são mais possíveis impunemente. Quem imaginava isso antes? Da mesma maneira, abolimos, ao menos em nosso país, a pena de morte; os estados desta terra assinaram os direitos humanos. Em 1989, declaramos os direitos da criança. Certamente, tudo isso aconteceu muito tarde, mas, pelo menos isso. Em geral e em específico, somos incrivelmente capazes de aprender. Isso também diz respeito à ecologia, mesmo se a disposição de tirar consequências disso encontra resistências.

Desse jeito, chego à esperança verdadeira: declarar mundialmente o tabu da guerra. Não acredito que se trate aqui de uma mera visão. Antes, estou convicto de que se trate de uma expectativa bem concreta, a saber, a abolição da guerra, de declará-la definitivamente um tabu. Também nesse ponto não se afirma que a tentação de resolver conflitos por meio de violência militar seja permanentemente banida. Mesmo assim, muita coisa indica que eticamente iremos chegar a um acordo sobre a renegação de guerras como meio da resolução de conflitos.

E por que não o deveríamos? No campo das resoluções interpessoais de conflitos não excluímos genericamente o assassinato como possibilidade de resolver conflitos? No que diz respeito à guerra, torná-la em tabu de forma válida no campo individual teria que ser elevada ao nível coletivo e tornar-se válida também nele. Nós precisamos dessas manifestações de tabus, nós precisamos do engajamento que trabalha em direção a elas. Uma iniciativa, nesse sentido, vejo no movimento impulsionado pelo politólogo visionário de Honolulu, Glenn D. Paige (2009) e do protagonista de sua ideia, Tom Fee. O movimento tem como objetivo uma *nonkilling society*.⁴ Esse movimento não está avançando para além de seu

⁴ “sociedade do não-matar” (acréscimo do tradutor).

tempo, ele é parte desse tempo e apenas acolhe o que está no ar.

No final, permitam-me prognosticar apenas uma coisa e avaliem-me daqui a alguns anos mediante a correção de meu prognóstico. Passaram-se apenas poucos anos depois que organizações como *Terres des Hommes* colocaram para si mesmas a meta de tirar do mundo o “fenômeno” das crianças soldado.⁵ Nesse ínterim, muita coisa aconteceu, e tenho certeza de que dentro de poucos anos teremos conseguido que pelo menos algo como soldados-crianças não exista mais. Esses são progressos que não de ser reconhecidos e que nos encorajam a aprender o impensável e de realizá-lo. Do jeito que nós fomos capazes e tínhamos de superar-nos para não considerar mais a terra como um disco, ou seja, de partir do fato de a terra girar em torno do sol, do mesmo jeito, um dia não conseguiremos apenas abolir a guerra (como um fato evidente no passado), mas possivelmente, declarar violência enquanto tal um tabu. No fundo, nossa criatividade e obrigatoriedade éticas são consideráveis. Num extremo externo, elas até incluem a nossa sensibilidade pelo destino de animais e o nosso trato com eles. Nós desenvolvemos – favor de não entender mal essa subsequência – um comportamento impressionante diante de estranhos de nossa sociedade e, particularmente, diante da vida ameaçada. Preocupamo-nos com pessoas doentes, com deficientes, com idosos, com fracos e pobres. Certamente não o fazemos sempre de forma suficiente, mas o fazemos em princípio, apesar de bem podermos deixar de fazê-lo. Constatar isso e apegar-se a isso é fundamental, vista a nossa questão e problemática e a pergunta a ela vinculada de quão promissor é a abolição da guerra em imaginário e realidade. Muito provavelmente não tem

⁵ Nota do tradutor: segundo a definição da UNICEF, “uma criança soldado é qualquer pessoa menor de 18 anos de idade que faz parte de qualquer força armada u grupo armado, regular ou irregular [...]” (Disponível em: <http://www.unicef.org/emerg/index_childsoldiers.html>. Acesso em: 06 set. 2010).

mais como voltar atrás dos avanços acima mencionados. É nesse sentido que também entendo meu modelo da zona de tabu. O campo de atuação, no qual estávamos acostumados a mover-nos, tornou-se substancialmente mais estreito. Para o modelo de zona de tabu da guerra isso significa que, do espectro do agir violento, a alternativa guerra cai completamente fora. Concretamente, quer dizer que resoluções de conflitos podem ser buscadas somente na área de alternativas extrabélicas de atuação, portanto, fora de violência militar. Nesse sentido, há de trabalhar-se no espectro amplo de possibilidades não violentas de resoluções de conflitos. A tabuização da guerra não implica a afirmação sem sentido que não haverá mais conflitos. O conflito está vinculado inevitavelmente à natureza e à convivência de seres humanos. Não vinculado a essas, contudo, está a necessidade de resolver conflitos por meio de violência.

Culture of Peace – Olhar para Frente

Pela década 2001-2010 “Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World” a ONU deu um passo que representa um salto qualitativo irrecusável. Agora, o olhar da comunidade mundial dirige-se para frente. Ele visa uma cultura que merece o nome de paz. Em princípio desnecessário, mas a fim de que cada um(a) entenda, paz (*peace*) aqui é equiparada à não violência (*non-violence*) e amarrada, de forma comprometedor, à preocupação pelo futuro do mundo o qual as crianças aqui representam manifestamente. A alternativa da década da ONU é contornada especialmente em comparação com a década simultânea do Conselho Ecumênico das Igrejas o qual escolheu o lema “superação da violência”. Seguindo esse lema, seus iniciadores ainda lutam por aquilo que deve ser votado, ainda olham para trás cansando-se perante mediante fenômeno da violência. Na formulação da década da ONU isso já se

tem como superado. “*Culture of Peace*” descreve o outro lado do confronto com violência e não se demora mais com sua rejeição (evidente), sua condenação ética. “*Culture of Peace*” descreve o lado construtivo. Esse é o ganho da iniciativa da ONU. Ela empolga, orienta-se para frente, concentra o olhar às possibilidades. Seus iniciadores livraram-se da fixação nos desafios da violência. Obviamente os conhecem, justamente respondem a eles por meio de sua década. Mas eles recusam-se a desgastar-se nela e ao desgastar-se por causa dela, portanto, pela sua crítica da mesma, cortejá-la involuntariamente e, em meio a toda crítica e justamente pela via da crítica, estabilizá-la e perpetuá-la. Dessa maneira, *Culture of Peace*, em analogia à reorientação efetivada pelo papa João Paulo II da doutrina da guerra justa em direção à doutrina da paz justa, não é somente uma alternativa, mas lema e guia do caminho que contém caminho e meta ao mesmo tempo. Em sua formulação, emerge claramente o que Gandhi e Martin Luther King sempre ressaltaram, que o caminho está no meio. *Culture of Peace* é o caminho. *Culture of Peace* é o meio. À medida que movimentos pacíficos apostarem em *Culture of Peace* e, nesse sentido, dirigirem seu olhar para frente, desde já terão alcançado a meta sempre onde *Culture of Peace* se manifesta. Isso não significa que *Culture of Peace* é dada apenas momentaneamente ao longo do tempo. Precisa-se de um grande esforço moral e prático a toda hora para viver *Culture of Peace* no sentido de *Non-violence*.

Referências

- GALTUNG, Johan. *Strukturelle Gewalt*. Beiträge zur Friedens- und Konfliktforschung. Reinbek: Rowohlt, 1975.
- HEYWARD, Carter. *Und sie rührte sein Kleid an*. Eine feministische Theologie der Beziehung. Stuttgart: Kreuz, 1986.

NAGLER, Michael; SPIEGEL, Egon. *Politik ohne Gewalt. Prinzipien, Praxis und Perspektiven der Gewaltfreiheit*. Berlin: LIT, 2008.

PAIGE, Glenn D. *Nonkilling Global Political Science*. 3.ed. Honolulu: Center for Global Nonkilling, 2009.

SENGHAAS, Dieter. *Zum irdischen Frieden. Erkenntnisse und Vermutungen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2004.

SHARP, Gene. *The Politics of Nonviolence*. Boston, 1983.

SPIEGEL, Egon. *Gewaltverzicht. Grundlagen einer biblischen Friedenstheologie*. 2.ed. Kassel: WeZuCo, 1987.

O registro e a divulgação de experiências exitosas, dando visibilidade a essas práticas, devem ser multiplicados. É uma forma de reacender a **esperança**, com o intuito de que sejam acolhidos e floresçam atos de paz e amorosidade entre as pessoas. As formações oferecidas, por diversas instituições, auxiliam a prática pedagógica no sentido de propiciar um maior esclarecimento sobre a cultura de paz e a vivência de valores. O acompanhamento contínuo dos projetos estimula o respeito e a tomada de decisões acertadas entre a escola e a comunidade, e consolida a paz ativa nesse *lócus*.

O aprendizado de estabelecer conexões consigo e com os demais faz com que o educador transforme-se num guia para os jovens alunos. A afetividade, a amorosidade e a paz podem ser aprendidas e cultivadas, como se aprendem outros conteúdos. O **trabalho com Cultura de Paz precisa ser permanentemente fortalecido nas instituições em geral, e, particularmente, nas escolas públicas.**

Kelma Socorro Alves Lopes de Matos

Profa Dra do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Professora do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC.

